

RENNAN THAMAY

Manual de

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

De acordo com a EC 125/2022, com as Leis 14.195/2021, 14.133/2021, 14.010/2020 e 13.874/2019, a Jurisprudência do STF e do STJ e os Enunciados do Conselho da Justiça Federal e do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis.

5ª EDIÇÃO

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Aline Pavanelli, Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Hammond, Caroline Dubovickj, Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Thamay, Rennan
Manual de Direito Processual Civil / Rennan Thomay. -- 5. ed. -- São Paulo
: Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia
ISBN 978-65-260-0397-8

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil 3. Processo de conhecimento
I. Título.

22-137567

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)
2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Cibebe Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	27
1. Introdução.....	27
2. Princípios	29
2.1. Aspectos gerais	29
2.2. Princípios Fundamentais.....	32
2.2.1. Princípio do devido processo legal	34
2.2.2. Princípios do contraditório e da ampla defesa	35
2.2.3. Princípio do acesso à Justiça	39
2.2.4. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.....	40
2.2.5. Princípio da motivação	42
2.2.6. Princípio da publicidade.....	45
2.2.7. Princípio do juiz natural.....	47
2.2.8. Princípio da igualdade.....	48
2.2.9. Princípio da razoável duração do processo	51
2.2.10. Princípio da cooperação	52
2.3. Dicas importantes – Princípios Fundamentais.....	55
3. Organização judiciária.....	55
3.1. A organização judiciária no Brasil: aspectos iniciais.....	55
3.2. Órgãos do Poder Judiciário	56
3.2.1. O Supremo Tribunal Federal	57
3.2.2. O Conselho Nacional de Justiça	60
3.2.3. O Superior Tribunal de Justiça.....	61
3.2.4. Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.....	71
3.2.5. Os Tribunais e Juízes do Trabalho	73
3.2.6. Os Tribunais e Juízes Eleitorais.....	75
3.2.7. Os Tribunais e Juízes Militares.....	77
3.2.8. Os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.....	78

3.2.9.	Funções essenciais à Justiça: Advocacia e Ministério Público	79
3.2.10.	Dicas importantes – Organização do Poder Judiciário	80
4.	Jurisdição	81
4.1.	Introdução: aspectos iniciais	81
4.2.	Princípios da Jurisdição	83
4.3.	Características	83
4.4.	Novos contornos da jurisdição	85
4.4.1.	A arbitragem como método alternativo de solução de conflitos	86
4.4.2.	A sentença arbitral.....	91
4.5.	Jurisdição voluntária	93
4.6.	Jurisdições especial e comum	93
4.7.	Limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional	94
4.7.1.	Da cooperação nacional.....	97
5.	Competência	98
5.1.	Definição	98
5.2.	Crerios de fixação.....	102
5.3.	Competências relativa e absoluta.....	103
5.3.1.	Alegaões de incompetência.....	104
5.3.2.	Dicas importantes – Competências relativa e absoluta.....	104
5.4.	Modificação da competência	105
5.5.	A competência em face dos Tribunais Superiores: posição sumular	106
CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA AÇÃO ...		109
1.	AÇÃO.....	109
1.1.	Conceito	109
1.2.	Teorias da ação.....	110
1.3.	Condições da ação	110
1.4.	Noções introdutórias das condições da ação.....	112
1.5.	Condições da ação e mérito	116
1.6.	Interesse de agir	117
1.7.	Legitimação para a causa	120
2.	Processo e procedimento	123
2.1.	Pressupostos processuais.....	124
2.1.1.	Pressupostos de existência	126
2.1.2.	Pressupostos de validade (de desenvolvimento).....	126
2.1.3.	Pressupostos processuais negativos.....	126
CAPÍTULO III – ATOS PROCESSUAIS		127
1.	Classificação dos atos processuais	129
1.1.	Atos das partes.....	129

1.2. Atos (pronunciamentos) do juiz.....	130
1.3. Atos do escrivão ou chefe da secretaria.....	132
2. Do tempo e do lugar dos atos processuais.....	132
3. Comunicação dos atos processuais.....	134
3.1. Cartas.....	134
3.2. Citação.....	134
3.3. Intimação.....	136
4. Prazos processuais.....	138
5. Negócios jurídicos processuais.....	141

CAPÍTULO IV – PARTES, PROCURADORES, LITISCONSÓRCIO E TERCEIROS.....	149
1. Partes: capacidades.....	149
1.1. Ação do absolutamente incapaz.....	150
1.2. Ação do relativamente incapaz.....	150
1.3. Ação contra o absolutamente incapaz.....	150
1.4. Ação contra o relativamente incapaz.....	150
1.5. Pessoas casadas.....	151
1.6. Capacidade postulatória.....	152
2. Partes: sucessão.....	155
2.1. Dos deveres das partes e de seus procuradores e da responsabilidade das partes por dano processual.....	156
2.2. Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas.....	158
3. Dos procuradores.....	164
4. Ministério Público.....	166
5. Litisconsórcio.....	168
5.1. Litisconsórcio necessário e facultativo.....	169
5.2. Litisconsórcio unitário e simples.....	171
5.3. Dicas importantes – Litisconsórcio.....	172
6. Intervenção de terceiros.....	173
6.1. Assistência simples e litisconsorcial.....	174
6.2. Denúnciação da lide.....	176
6.3. Chamamento ao processo.....	178
6.4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	179
6.4.1. Aspectos introdutórios.....	179
6.4.2. Aspectos básicos a respeito da personalidade jurídica.....	181
6.4.3. A desconsideração da personalidade jurídica no sistema brasileiro.....	182
6.4.4. A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 2002: a caracterização do abuso da pessoa jurídica.....	184

6.4.5.	A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor	185
6.4.6.	A desconsideração da personalidade jurídica na Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021)	187
6.4.7.	A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil.....	190
6.4.8.	O procedimento da desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil.....	191
6.5.	<i>Amicus curiae</i>	193
6.6.	Dicas importantes – Intervenção de terceiros.....	196
CAPÍTULO V – NULIDADES		197
1.	A doutrina de Galeno Lacerda	197
2.	A doutrina de Aroldo Plínio Gonçalves	200
3.	Doutrina de José Joaquim Calmon de Passos.....	201
4.	A doutrina de Teresa Arruda Alvim.....	205
5.	A doutrina de Antonio do Passo Cabral.....	206
6.	A escala da inexistência às meras irregularidades	208
7.	Nulidades de fundo e de forma	208
8.	Nulidades cominadas e não cominadas	208
9.	Sanação do vício e sanção da nulidade	209
10.	Nulidades em espécie	210
10.1.	Citação	210
10.1.1.	Citação de pessoa física pelo correio.....	211
10.1.2.	Citação de pessoa jurídica pelo correio.....	213
10.1.3.	Citação por oficial de justiça.....	213
10.1.3.1.	Citação com hora certa	214
10.1.4.	Citação por edital	214
10.1.5.	Citação por meio eletrônico	215
10.1.6.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório.....	215
10.2.	Intimações.....	215
10.3.	Defesa por curador especial.....	219
10.4.	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	220
10.5.	Impedimentos e exceções processuais.....	225
10.6.	Morte de uma das partes	226
10.7.	Procurador da parte	227
10.8.	Perito sem habilitação legal	228
10.9.	Fundamentação das decisões.....	229
10.10.	Denúnciação da lide	231
10.11.	Cerceamento de defesa	232

10.12. Violação do princípio da publicidade	233
10.13. Errada indicação do nome da parte na sentença	234
10.14. Decisão <i>citra petita</i>	234
10.15. Sentença <i>ultra petita</i>	235
10.16. Sentença <i>extra petita</i>	235
10.17. Execução	235
10.17.1. Título executivo inexistente ou deficiente	235
10.17.2. Penhora.....	236
10.17.3. Avaliação.....	237
10.17.4. Excesso de execução	237
10.17.5. Falta de assinaturas no auto de arrematação.....	237
10.17.6. Arrematação por preço vil	237
10.17.7. Prescrição.....	237
10.17.8. Obrigação de fazer.....	238
CAPÍTULO VI – DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO	239
1. Elementos e estrutura.....	239
CAPÍTULO VII – TUTELA PROVISÓRIA	241
1. Da tutela provisória	241
2. Fundamento constitucional	245
3. Da recorribilidade.....	246
4. Provisoriedade e eficácia.....	247
5. Medidas e efetivação da tutela provisória.....	248
6. Competência	249
7. Tutela de urgência.....	249
8. Tutela antecipada e a irreversibilidade	252
9. Tutela cautelar	253
10. Tutela da evidência	253
11. Procedimento da tutela antecipada antecedente.....	257
11.1. Estabilização da tutela antecipada antecedente.....	258
12. Procedimento da tutela cautelar antecedente	261
13. Decisão, eficácia, mutabilidade e revogação	263
14. Dicas importantes – Tutela provisória.....	264
CAPÍTULO VIII – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO...	265
1. Formação do processo	265
2. Suspensão do processo	266
3. Extinção do processo.....	270
4. Dicas importantes – Estrutura processual.....	271

CAPÍTULO IX – PROCESSO DE CONHECIMENTO	273
1. Petição inicial	273
1.1. Conceito	273
1.2. Requisitos	273
1.3. O Pedido	279
1.4. Posturas do juiz diante da petição inicial	282
1.5. Da improcedência liminar do pedido	284
2. Audiência de conciliação ou de mediação	286
2.1. Estrutura geral	286
3. Atitudes do réu	289
3.1. Introdução	289
3.2. Contestação	289
3.3. Reconvenção	296
4. Revelia	298
4.1. Introdução	298
4.2. Efeitos da revelia	299
4.2.1. Presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor (art. 344)	299
5. Das providências preliminares e do saneamento	300
6. Julgamento conforme o estado do processo	301
6.1. Da extinção do processo	301
6.2. Do julgamento antecipado do mérito	302
6.3. Do julgamento antecipado parcial do mérito	302
6.4. Do saneamento e da organização do processo	303
7. Audiência de instrução e julgamento	305
7.1. Disposições gerais	305
7.2. Os debates orais e os memoriais escritos	307
7.3. O encerramento da audiência	308
CAPÍTULO X – PROVAS	309
1. Disposições gerais	309
2. Objeto	311
3. Ônus da prova	311
4. Provas em espécie	313
4.1. Da produção antecipada da prova (arts. 381 a 383)	313
4.2. Da ata notarial (art. 384)	315
4.3. Do depoimento pessoal (arts. 385 a 388)	315
4.4. Da confissão (arts. 389 a 395)	317
4.5. Da exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404)	318
4.6. Da prova documental (arts. 405 a 441)	320
4.7. Da prova testemunhal	321

4.8. Da prova pericial.....	323
4.9. Da inspeção judicial.....	324
4.10. Dicas importantes – Prova	325
CAPÍTULO XI – DA SENTENÇA.....	327
1. Sentença	327
1.1. Aspectos iniciais	327
1.2. Sentença no CPC	328
1.3. Espécies de sentenças	329
1.4. Destinatários, eficácia e efeitos da sentença	333
1.5. Elementos e aspectos de relevo da sentença.....	334
1.6. Sentença e o dever de fundamentação.....	337
1.7. Dicas Importantes – Sentença	341
CAPÍTULO XII – A ESTABILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	343
1. Introdução.....	343
2. Mecanismos de estabilidade das decisões judiciais	344
2.1. A coisa julgada.....	344
2.2. A preclusão.....	348
2.3. O trânsito em julgado	349
CAPÍTULO XIII – DA COISA JULGADA	353
1. Elementos para a formação da coisa julgada	353
1.1. Introdução.....	353
1.2. A formação da coisa julgada: A doutrina da triplíce identidade (<i>træ eadem</i>) como suporte para A formação da coisa julgada.....	353
2. A coisa julgada como a imutabilidade da decisão de mérito.....	355
2.1. Introdução.....	355
2.2. Coisa julgada material x formal	355
2.2.1. Coisa julgada material: a verdadeira <i>res iudicata</i>	356
3. Limites da coisa julgada.....	358
3.1. Introdução.....	358
3.2. Limites subjetivos.....	358
3.3. Limites objetivos	361
3.4. Limites temporais.....	363
3.5. Limites territoriais.....	364
4. A coisa julgada como garantia constitucional	365
4.1. Introdução.....	365
4.2. Fundamentos políticos da coisa julgada	367
4.3. O direito fundamental à coisa julgada.....	368
4.4. Alcance da coisa julgada como garantia constitucional	369

5.	A coisa julgada no direito processual civil	370
5.1.	Introdução	370
5.2.	A coisa julgada no CPC.....	371
5.2.1.	A coisa julgada e sua definição: a interpretação do art. 502 ...	371
5.2.2.	A coisa julgada e seu limite objetivo: a interpretação do art. 503	372
5.2.3.	Questões que não fazem coisa julgada: a interpretação do art. 504	375
5.2.4.	Limite temporal da coisa julgada: a interpretação do art. 505	376
5.2.5.	Limites subjetivos da coisa julgada: a interpretação do art. 506	377
5.2.6.	Interpretação do art. 274 do CC à luz do art. 506 do CPC...	381
5.2.7.	Preclusão e coisa julgada: a interpretação do art. 507	382
5.2.8.	Eficácia preclusiva da coisa julgada: a interpretação do art. 508	385
CAPÍTULO XIV – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS		387
1.	Da ordem dos processos no tribunal	387
1.1.	Distribuição, conexão e prevenção	388
1.2.	Atuação e incumbência do relator.....	388
1.3.	Julgamento	394
1.3.1.	Julgamento estendido.....	399
1.3.2.	Os votos e acórdãos	400
2.	Incidente de assunção de competência	401
2.1.	Cabimento e generalidades.....	401
2.2.	Repercussão social e questão relevante	402
2.3.	Objetivo.....	404
2.4.	Legitimidade.....	405
2.5.	Procedimento, julgamento e efeitos.....	405
2.6.	Recursos cabíveis.....	406
3.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	406
3.1.	Aspectos iniciais e natureza jurídica	406
3.2.	Da permissão constitucional.....	406
3.3.	Da legitimidade, momento e preclusão	407
3.4.	Procedimento, julgamento e efeitos.....	407
4.	Conflito de competência	409
4.1.	Generalidades, cabimento e legitimidade	409
4.2.	Procedimento, decisão e efeitos	410
5.	Homologação de decisão estrangeira e da concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	411

5.1.	Generalidades, cabimento e homologação.....	411
5.2.	Requisitos.....	413
5.3.	Do cumprimento da decisão.....	414
6.	Ação rescisória.....	415
6.1.	Conceito e generalidade.....	415
6.2.	Decisão que pode ser rescindida.....	418
6.3.	Cabimento.....	419
6.4.	Legitimidade.....	425
6.5.	Prazo decadencial.....	426
6.6.	Processamento, procedimento, decisão, efeitos e recursos.....	427
7.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	429
7.1.	Generalidades e natureza jurídica.....	429
7.2.	Cabimento.....	430
7.3.	Legitimados.....	432
7.4.	Procedimento, decisão e efeitos.....	432
8.	Reclamação.....	436
8.1.	Generalidades.....	436
8.2.	Natureza jurídica.....	438
8.3.	Classificação da reclamação.....	442
8.4.	Cabimento.....	443
8.5.	Sujeitos da reclamação.....	444
8.6.	Procedimento, julgamento e efeitos da reclamação.....	446
CAPÍTULO XV – DO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES.....		449
1.	Precedentes.....	449
1.1.	Conceito de precedentes.....	450
1.2.	O Código de Processo Civil e o sistema dos precedentes à brasileira ...	453
1.2.1.	A fundamentação e estrutura dos precedentes.....	455
1.2.2.	A força dos precedentes e o fortalecimento institucional do Judiciário.....	457
1.2.2.1.	Os precedentes e a inconstitucionalidade.....	458
1.2.3.	Os precedentes à brasileira e os formadores de precedentes ...	460
1.2.4.	Influência, efeitos e superação dos precedentes.....	462
1.2.5.	Conflito entre precedentes.....	464
CAPÍTULO XVI – RECURSOS.....		465
1.	Teoria geral dos recursos.....	465
1.1.	Introdução: alguns aspectos históricos.....	465
1.1.1.	Introdução: alguns aspectos iniciais.....	466
1.2.	Objetivo dos recursos.....	468
1.2.1.	Reforma.....	469

1.2.2.	Invalidação	470
1.2.3.	Esclarecimento	471
1.2.4.	Integração.....	471
1.3.	Prejuízo	471
1.4.	Reexame	472
1.5.	Dos princípios aplicáveis aos recursos	472
1.5.1.	Princípio da correspondência	472
1.5.2.	Princípio da unirrecorribilidade	473
1.5.3.	Princípio da taxatividade	474
1.5.4.	Princípio da fungibilidade recursal.....	475
1.5.5.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	479
1.5.6.	Princípio da proibição do <i>reformatio in pejus</i>	480
1.6.	Admissibilidade do recurso	483
1.6.1.	Legitimidade	484
1.6.2.	Interesse recursal.....	486
1.6.3.	Cabimento.....	487
1.6.4.	Tempestividade	487
1.6.5.	Preparo	489
1.6.6.	Regularidade formal	491
1.6.7.	Dialeticidade	491
1.7.	Do juízo de recebimento, conhecimento e provimento dos recursos	493
1.8.	Efeitos dos recursos	494
1.8.1.	Efeito devolutivo	494
1.8.2.	Efeito translativo	496
1.8.3.	Efeito suspensivo.....	497
1.8.4.	Efeito obstativo.....	500
1.8.5.	Efeito ativo (suspensivo ativo)	500
1.9.	Recurso adesivo	501
1.10.	Desistência do recurso	503
1.11.	Renúncia ao direito de recorrer.....	504
1.12.	Irrecorribilidade dos despachos.....	505
1.13.	Impugnação total ou parcial da decisão	506
1.14.	Fluência e contagem dos prazos recursais.....	506
1.15.	Morte da parte ou do procurador	507
1.16.	Recurso interposto por um dos litisconsortes	508
1.17.	Trânsito em julgado e baixa dos autos do processo	509
1.18.	O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada.....	509
2.	Apelação	510
2.1.	Cabimento da apelação.....	511

2.2.	Procedimento, estrutura e prazo da apelação.....	513
2.3.	Apelação e os poderes do relator.....	515
2.4.	Efeito suspensivo da apelação: entre a regra e a exceção.....	517
2.5.	<i>Tantum devolutum quantum appellatum</i>	518
2.6.	Capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória.....	519
2.7.	Questões de fato não propostas no juízo inferior.....	520
3.	Agravo de instrumento.....	521
3.1.	Cabimento.....	521
3.2.	Requisitos e forma de interposição.....	526
3.3.	Formação do instrumento do agravo.....	526
3.4.	Meios de interposição do agravo de instrumento.....	527
3.5.	Da juntada aos autos de cópia da petição do agravo.....	528
3.6.	Do procedimento e julgamento.....	529
4.	Agravo interno.....	529
4.1.	Cabimento.....	530
4.2.	Competência.....	531
4.3.	Impugnação específica.....	531
4.4.	Contrarrazões e procedimento.....	532
4.5.	Reprodução dos fundamentos da decisão agravada.....	532
4.6.	Multa.....	533
5.	Embargos de declaração.....	534
5.1.	Cabimento.....	534
5.2.	Prazo.....	537
5.3.	Procedimento e julgamento.....	537
5.3.1.	Dos embargos como agravo interno.....	537
5.3.2.	Da complementação/alteração das razões dos recursos já interpostos.....	538
5.3.3.	Do efeito interruptivo nos embargos.....	538
5.3.4.	Concessão do efeito suspensivo nos embargos de declaração.....	538
5.3.5.	Embargos de declaração protelatórios e seus efeitos.....	538
6.	Recurso ordinário.....	539
6.1.	Recurso ordinário para o STF.....	539
6.2.	Recurso ordinário para o STJ.....	540
6.3.	Agravo de instrumento.....	540
6.4.	Causa madura.....	541
6.5.	Admissibilidade e procedimento nas causas internacionais.....	541
6.6.	Procedimento nas ações constitucionais perante o tribunal de origem.....	541

7.	Recursos Especial e Extraordinário	542
7.1.	Esgotamento das vias ordinárias	542
7.2.	Não cabe reexame de prova	543
7.3.	Necessário prequestionamento	543
7.4.	Inexistência automática de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário	543
7.5.	Cabimento	544
7.5.1.	Cabimento do recurso extraordinário	544
7.5.2.	Cabimento do recurso especial	544
7.6.	Procedimento e processamento	545
7.6.1.	Da fungibilidade entre recurso extraordinário e especial	547
7.6.2.	Da repercussão geral	548
7.6.3.	Recurso Especial e a Arguição de Relevância	549
7.6.3.1.	Aspectos introdutórios	549
7.6.3.2.	Arguição de relevância	555
7.7.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	561
8.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	564
8.1.	Cabimento	564
8.2.	Procedimento e processamento	564
9.	Embargos de Divergência	565
9.1.	Cabimento	565
9.2.	Procedimento e processamento	567
10.	Dicas importantes – Recursos	567
10.1.	Jurisprudência do STJ	572
CAPÍTULO XVII – LIQUIDAÇÃO		575
1.	Liquidação de sentença	575
1.1.	Generalidades	575
1.2.	Natureza jurídica	576
1.3.	Legitimados	577
1.4.	Cabimento e procedimento	578
1.5.	Liquidação e coisa julgada	581
1.6.	Dicas importantes – Liquidação	582
CAPÍTULO XVIII – EXECUÇÃO		585
1.	Introdução e panorama da tutela executiva	585
2.	Da autonomia ao sincretismo da tutela executiva	586
3.	Da estrutura da tutela executiva no CPC	588
3.1.	Da patrimonialidade	588
3.2.	Desfecho único	589

3.3.	Da respeitabilidade da boa-fé	590
3.4.	Da transparência patrimonial	591
3.5.	Da adequação	591
4.	Princípios específicos da execução	592
4.1.	Princípio da máxima utilidade da execução.....	594
4.2.	Princípio do menor sacrifício do executado.....	595
4.3.	Princípio da <i>nulla executio sine titulo</i>	597
4.4.	Princípio da taxatividade	599
5.	Requisitos para a execução	601
5.1.	Ponto de esclarecimento sobre os requisitos.....	602
5.2.	Liquidez.....	603
5.3.	Certeza	604
5.4.	Exigibilidade	604
5.5.	Inadimplemento	605
5.6.	Cumulação de execuções.....	605
5.7.	Um estudo do direito sumular	606
6.	Espécies de títulos executivos.....	607
6.1.	Títulos executivos extrajudiciais no CPC	607
6.1.1.	A aplicação do direito intertemporal e os títulos executivos extrajudiciais.....	607
6.1.2.	Títulos executivos extrajudiciais no CPC.....	609
6.1.2.1.	Cédula de Produto Rural como título executivo extrajudicial	612
6.1.2.2.	Requisitos da Cédula de Produto Rural (CPR) ...	612
6.2.	Títulos executivos judiciais no CPC	613
7.	Modalidades executivas.....	617
7.1.	Cumprimento de sentença.....	617
7.1.1.	Noções gerais	617
7.1.2.	Características.....	618
7.1.3.	Execução definitiva e provisória.....	618
7.1.4.	O cumprimento da sentença e seus requisitos necessários	620
7.1.5.	A definição da competência no cumprimento da sentença.....	622
7.1.6.	A constituição de capital.....	623
7.1.7.	Impugnação ao cumprimento da sentença	623
7.1.7.1.	Noções gerais	623
7.1.7.2.	Legitimidade	624
7.1.7.3.	Prazo	625
7.1.7.4.	Casos de cabimento da impugnação.....	625
7.1.7.5.	Do efeito suspensivo	626
7.1.7.6.	Dos recursos.....	627

7.2.	Execução de título executivo extrajudicial	628
7.2.1.	Aspectos introdutórios	628
7.2.2.	Legitimados	628
7.2.3.	Demanda executiva e seus aspectos, desistência e efeitos ...	629
7.2.4.	A escolha dos bens	629
7.2.5.	Da condição ou termo e da cumulação de execuções	629
7.2.6.	Da responsabilidade do exequente, das multas e indenizações	629
7.2.7.	Da competência	630
7.2.8.	Do título executivo e da exigibilidade da obrigação	630
7.2.9.	Da responsabilidade patrimonial	631
7.2.10.	Aspectos gerais, petição inicial executiva, documentos necessários e demais aspectos da execução extrajudicial ...	633
7.3.	Execução por quantia certa contra devedor solvente	636
7.3.1.	Aspectos gerais	636
7.3.2.	Da penhora de bens e seus consectários	638
7.3.3.	Da penhora de créditos	642
7.3.4.	Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas	643
7.3.5.	Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	644
7.3.6.	Da penhora de percentual de faturamento de empresa	645
7.3.7.	Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	646
7.3.8.	Da avaliação	647
7.3.9.	Da adjudicação	648
7.3.10.	Da alienação por iniciativa do particular	649
7.3.11.	Da alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial ...	650
7.3.12.	Da satisfação do crédito	654
7.4.	Execução para entrega de coisa	655
7.5.	Execução das obrigações de fazer e de não fazer	657
7.6.	Da execução fiscal	658
7.6.1.	Da averbação pré-executória	661
7.7.	Embargos à execução	662
7.8.	Da suspensão da execução	666
7.9.	Da extinção do processo de execução	667
8.	Dicas importantes – Execução	667
8.1.	Jurisprudência do STJ	669
CAPÍTULO XIX – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS		671
1.	Dos procedimentos especiais: elementos, estrutura, procedimentos e formas	671

1.1.	Introdução: alguns aspectos históricos	671
1.2.	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa	672
1.2.1.	Ação de consignação em pagamento.....	672
1.2.2.	Ação de exigir contas	677
1.2.3.	Ações possessórias.....	679
1.2.3.1.	Manutenção e reintegração de posse	684
1.2.3.2.	Interdito proibitório	685
1.2.4.	Ação de divisão e demarcação de terras particulares	686
1.2.4.1.	Aspectos gerais.....	686
1.2.4.2.	Da demarcação	687
1.2.4.3.	Da divisão.....	689
1.2.5.	Ação de dissolução parcial de sociedade	691
1.2.6.	Inventário e partilha	694
1.2.7.	Embargos de terceiro	703
1.2.8.	Oposição	705
1.2.9.	Habilitação	706
1.2.10.	Das ações de família.....	707
1.2.11.	Ação monitória.....	709
1.2.12.	Homologação do penhor legal	711
1.2.13.	Da regulação de avaria grossa	713
1.2.14.	Da restauração de autos	715
1.3.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	716
1.3.1.	Disposições gerais	716
1.3.2.	Da notificação e da interpelação	717
1.3.3.	Da alienação judicial.....	718
1.3.4.	Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio.....	718
1.3.5.	Testamentos e codicilos	720
1.3.6.	Da herança jacente.....	722
1.3.7.	Dos bens dos ausentes	724
1.3.8.	Das coisas vagas.....	725
1.3.9.	Da interdição	725
1.3.10.	Das disposições comuns à tutela e à curatela	729
1.3.11.	Da organização e da fiscalização das fundações	730
1.3.12.	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	732
1.4.	Dicas importantes – Procedimentos especiais.....	733
1.5.	Jurisprudência do STJ.....	734
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	737